EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 926, DE 20 DE MARÇO DE 2020.

(Do Senhor Deputado Zé Carlos)

Altera dispositivos da Leinº13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública importância de internacional decorrente do coronavírus.

EMENDA MODIFICATIVA

Artigo único. O artigo 1º da Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1°	
"Art. 4°-E	
§ 2º. Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade compet e monitoramento pelos órgãos de controle da administração e sociedade, será dispensada a estimativa de preços de que trata o in VI do caput .".	ente da
, n	
•	

JUSTIFICAÇÃO

O mundo vive hoje uma pandemia de Coronavirus, causada pelo Covid-19, e o Brasil experimenta registros da doença em índices crescentes, que requerem das autoridades públicas a adequação da máquina pública para respostas adequadas, rápidas e eficientes no combate ao vírus que se propaga em decorrência da circulação de bens, atividades comerciais e do contato entre pessoas sãs com outras infectadas.

Dispensa de licitação, prevista na presente Medida Provisória, bem como em relação a serviços de engenharia (construção de hospitais, salas, adaptação de espaços para atendimento de pacientes etc.) mostram-se medidas acertadas.

Não obstante os acertos da medida é preciso cautela com a excepcionalidade prevista de dispensa da estimativa de preços dos produtos e serviços contratados.

A presente emenda minora o risco da administração e diminui possibilidades de abusos por parte das empresas assegurando quem nos casos de dispensa da estimativa de preços a operação deva ser monitorada pelos órgãos da administração envolvida bem como pelos órgãos de controle sociais.

Dadas as justificativas pertinentes, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposta.

Sala da Comissão, em 26 de março de 2020.

ZÉ CARLOS

Deputado Federal PT/MA